



Esta obra é a reunião de textos já publicados em artigos, que são agora atualizados, e congrega tópicos de imediato interesse para advogados e outros profissionais da área jurídica, assim como para autoridades e estudiosos do Direito Público, referentes a defesas administrativas, sobretudo nos Tribunais de Contas, e judiciais em toda instância. A parte das defesas no Tribunal de Contas, com todo o roteiro, inclusive sustentação oral, é o foco principal da primeira parte, e outros estudos completam o escopo nessa matéria. A segunda parte, de defesas judiciais, contempla prioritariamente a atuação dos defensores nas ações civis públicas, movidas em geral com a nota de improbidade administrativa, contendo farta jurisprudência e oportuna doutrina orientadora. O conjunto das matérias abordadas pode auxiliar significativamente o trabalho dos profissionais.

Ivan Barbosa Rigolin  
Gina Copola

# DEFESAS EM JUÍZO E NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**Improbidade Administrativa**

**Área específica**  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**  
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PÚBLICO.

**Público-alvo/consumidores**  
ADVOGADOS, ESTUDANTES DE DIREITO, JUÍZES,  
PROMOTORES, PROCURADORES, DEFENSORES,  
ESTUDIOSOS DE DIREITO PÚBLICO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003012

R572d      Rigolin, Ivan Barbosa  
Defesas em juízo e nos Tribunais de Contas: improbidade administrativa/ Ivan  
Barbosa Rigolin, Gina Copola. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.  
281 p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-176-0

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil.  
I. Copola, Gina. III. Título.

CDD: 341.3  
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIGOLIN, Ivan Barbosa; COPOLA, Gina. *Defesas em juízo e nos Tribunais de Contas: improbidade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 281 p. ISBN 978-65-5518-176-0.

**Ivan Barbosa Rigolin** é Advogado administrativista de larga experiência em questões de Direito Público na consultoria, assessoramento e execução de trabalhos para o Poder Público. Autor de 10 livros sobre servidores públicos, licitações e contratos, organizações sociais, parcerias público-privadas e consórcios públicos, e de 15 livros de autoria conjunta. Cerca de 350 artigos publicados mais de 1.300 vezes em revistas especializadas.

**Gina Copola** é Pós-graduada em Direito Administrativo pela FMU. Ex-professora de Direito Administrativo na FMU. Advogada militante em Direito Administrativo.

|   |     |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO.....   | 11  |
| CAPÍTULO 1  |     |
| DEFESAS NO TRIBUNAL DE CONTAS – ROTEIRO GERAL.....  | 13  |
| Escopo .....  | 13  |
| Competências .....  | 15  |
| Elenco dos recursos .....   | 17  |
| A sustentação oral.....   | 17  |
| O recurso ordinário .....   | 23  |
| O pedido de reconsideração.....   | 25  |
| O agravo.....   | 26  |
| Os embargos de declaração.....  | 27  |
| O pedido de reexame .....   | 29  |
| A ação de revisão .....   | 30  |
| A rescisão de julgado .....   | 32  |
| Título V.....   | 34  |
| Uniformização de jurisprudência.....  | 34  |
| Incidente de inconstitucionalidade.....   | 35  |
| Prejulgados .....   | 36  |
| Súmulas.....  | 37  |
| A importância de uma correta e atenta defesa.....   | 39  |
| A defesa nos relatórios anuais da fiscalização .....  | 41  |
| Defesa prévia, produção de provas e defesa final .....  | 45  |
| Irregularidades graves .....  | 47  |
| As defesas virtuais.....  | 49  |
| CAPÍTULO 2  |     |
| TRÊS TEMAS RELATIVOS AOS TRIBUNAIS DE CONTAS .....  | 53  |
| Explicação inicial .....  | 53  |
| Controle interno e seus cargos.....   | 54  |
| Conta regular, mas com multa.....   | 63  |
| Rejeição de contas do Legislativo por excesso de cargos em comissão.....                        | 69  |
| CAPÍTULO 3  |     |
| SEGURANÇA JURÍDICA EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....  | 73  |
| CAPÍTULO 4  |     |
| OS PRINCÍPIOS SÃO FONTES CONFIÁVEIS DE DIREITO<br>PROCESSUAL? NÃO CUSTA REFLETIR UM POUCO ..... | 81  |
| CAPÍTULO 5  |     |
| PRESCRIÇÃO DE ADINs. SE ADIN NÃO É AÇÃO DE<br>RESSARCIMENTO, ENTÃO PRESCREVE.....               | 89  |
| CAPÍTULO 6  |     |
| OS RISCOS DE SER SERVIDOR PÚBLICO. UM PARALELO COM OS<br>CONTRATOS.....                         | 101 |
| CAPÍTULO 7  |     |
| PARECER, LAUDO TÉCNICO E LAUDO PERICIAL –<br>O DESABAMENTO DAS BARRAGENS.....                   | 109 |
| Laudo técnico .....   | 112 |
| Laudo pericial.....   | 114 |

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 8  |     |
| RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA. O PARECER NORMATIVO  | 117 |
| Natureza jurídica: parecer é ato administrativo?.....   | 117 |
| A doutrina.....   | 119 |
| A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....   | 125 |
| A forçada conclusão .....   | 128 |
| CAPÍTULO 9  |     |
| A ABSOLUTA INSTABILIDADE DO DIREITO BRASILEIRO.<br>O DIREITO ADMINISTRATIVO E O DO TRABALHO.....  | 131 |
| CAPÍTULO 10   |     |
| ADVOGADO E CONTADOR – NATUREZA SINGULAR DO SEU<br>SERVIÇO. VENCIDA UMA IMPORTANTE BATALHA .....   | 145 |
| CAPÍTULO 11   |     |
| STF: MUNICÍPIO NÃO PRECISA TER PROCURADORIA JURÍDICA....  | 153 |
| CAPÍTULO 12   |     |
| APOSENTADORIA É ATO JURÍDICO PERFEITO. MUITO CUIDADO<br>COM ELA!.....   | 163 |
| CAPÍTULO 13   |     |
| O SELVAGEM, INCIVILIZADO E EXECRÁVEL INSTITUTO<br>DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA. O DIREITO DO HOMEM DAS<br>CAVERNAS .....  | 175 |
| O motivo do título .....  | 175 |
| CAPÍTULO 14   |     |
| IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREJUDICIAL DE MÉRITO.<br>ILEGITIMIDADE DE PARTE. O ADVOGADO PÚBLICO NAS AÇÕES<br>DE IMPROBIDADE .....  | 181 |
| CAPÍTULO 15   |     |
| A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. FIM DE MANDATO E REELEIÇÃO ...   | 189 |
| CAPÍTULO 16   |     |
| INDISPONIBILIDADE DE BENS E INCLUSÃO DE MULTA CIVIL.<br>A JURISPRUDÊNCIA.....   | 193 |
| CAPÍTULO 17   |     |
| A INDISPONIBILIDADE OU A PENHORA DE BENS DE VALOR<br>ALIMENTAR E A RECENTE JURISPRUDÊNCIA .....   | 203 |
| CAPÍTULO 18   |     |
| A INDISPONIBILIDADE DE BENS E A NECESSÁRIA<br>DEMONSTRAÇÃO EFETIVA DO QUANTUM DEVIDO.....   | 211 |
| CAPÍTULO 19   |     |
| BLOQUEIO DE VEÍCULOS. RESTRIÇÃO DE LICENCIAR E<br>CIRCULAR. AFRONTA AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....  | 215 |
| CAPÍTULO 20   |     |
| O ELEMENTO SUBJETIVO DO DOLO.....   | 219 |
| CAPÍTULO 21   |     |
| JURISPRUDÊNCIA. ART. 10, DA LEI Nº 8.429/92. IMPOSSIBILIDADE<br>DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DECISÃO JUDICIAL<br>QUE DEVE SER CONFORME A LEI. PROPOSITURA DE AÇÃO<br>RESCISÓRIA..... | 227 |

|   |  |
|---|--|
| CAPÍTULO 22   |  |
| A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA<br>ÀS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 231   |  |
| CAPÍTULO 23   |  |
| OS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS<br>SÓLIDOS E A INSISTENTE OMISSÃO DOS MUNICÍPIOS EM<br>INSTITUÍ-LOS. A POSSÍVEL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 237 |  |
| 1   | A obrigatoriedade do Plano Municipal de Gestão Integrada de<br>Resíduos Sólidos ..... 237                    |
| 2   | Conceitos de resíduos sólidos e de rejeitos..... 238   |
| 3   | A Classificação de resíduos sólidos1 ..... 238   |
| 4   | As formas de disposição e destinação e, dentre elas, as<br>admitidas pela Lei Federal nº 12.305/10 ..... 239 |
| 5   | O crime de poluição por resíduos sólidos..... 241  |
| 6   | Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos . 243   |
| 7   | O conteúdo mínimo dos planos de gestão integrada de<br>resíduos sólidos..... 245                             |
| 8   | Outras considerações sobre o Plano de Gestão Integrada de<br>Resíduos Sólidos ..... 260                      |
| 9   | As consequências para os Municípios que não instituem o<br>Plano ..... 261                                   |
| CAPÍTULO 24   |  |
| ALGUNS CASOS PRÁTICOS COMENTADOS..... 263   |  |
| CAPÍTULO 25   |  |
| NEPOTISMO EM LICITAÇÃO? ..... 271   |  |
| CAPÍTULO 26   |  |
| PROPAGANDA INSTITUCIONAL E ABUSO DE AUTORIDADE..... 275   |  |